

DOCUMENTAÇÃO

As relações com a China, vistas por Kissinger

Passados quarenta anos sobre os primeiros contactos diplomáticos secretos da Administração Nixon com a China de Mao, que desembocaram na visita do presidente norte-americano ao país asiático, o ex-Secretário de Estado, Henry Kissinger, publicou um volumoso livro, “On China” (The Penguin Press, Nova Iorque, 2011, 586 págs.). Nele reflecte sobre a história recente deste imenso país, evoca os seus encontros com os dirigentes e expõe os seus pontos de vista sobre o presente e o futuro das relações com a potência asiática.

Henry Kissinger é um reconhecido estudioso das relações internacionais, pessoa que integra a escola de um realismo clássico, que considera ser o sistema de equilíbrio entre as potências indispensável para a obtenção da paz e da segurança internacionais. É o posicionamento do seu admirado chanceler Metternich, o artífice do Congresso de Viena e do Concerto das Nações, que afastou do continente europeu o risco de um confronto generalizado até 1914.

Este tipo de realismo volta a estar no primeiro plano das ideias devido ao papel desempenhado pelas potências emergentes no mundo actual, que coincide simultaneamente com a crise por que passam as organizações internacionais surgidas no período posterior à II Guerra Mundial. O multilateralismo certamente não morreu, mas sim, as suas conotações utópicas supostamente superadoras das soberanias dos Estados. Em vez disso, a reafirmação de algumas dessas soberanias regressa com novo ímpeto no século XXI. É nesta óptica que se deve procurar entender tanto este livro, como as ideias de Kissinger.

Confúcio e Sun Tzu continuam a influir

Longe de se limitar às suas experiências pessoais, o autor inicia o seu livro com uma análise ao passado da China, onde insiste na continuidade dos seus traços de civilização, acima das contingências dos sistemas políticos. Por exemplo, Confúcio e Sun Tzu são mais influentes que o marxismo-leninismo, embora os dirigentes comunistas repitam algumas das suas teorias misturadas com apelos ao pragmatismo.

Na realidade, a China nunca deixou de estar influenciada pelo pensamento de Confúcio, referência da “sociedade harmoniosa”, que desde há alguns anos é defendida pelo regime chinês sob o lema da “grande harmonia”. No confucionismo, defende-se uma ordem hierárquica, na qual cada um deve saber qual é o seu lugar, e onde a prosperidade do Estado depende do comportamento individual. Recentemente, foi erguida uma estátua ao filósofo na capital chinesa, um evidente contraste com a encarniçada perseguição encetada por Mao ao confucionismo durante a Revolução Cultural.

Kissinger também considera crucial no estudo da cultura chinesa, o pensamento estratégico de Sun Tzu, o autor de “A arte da guerra”, que nas últimas décadas foi anunciado como livro de cabeceira para os gestores das empresas ocidentais. Os ensinamentos deste sábio do século VI a.C., sobre o qual existem muitas incógnitas a respeito da sua obra e biografia, foram aplicados à guerra e à diplomacia chinesas durante séculos, e, evidentemente, Mao foi um dos seus principais admiradores. A abordagem estratégica de Sun Tzu é, antes de tudo, psicológica, e o seu principal objectivo é derrotar o inimigo com o menor custo possível. É uma estratégia indirecta, onde a vitória, isto é, o cumprimento dos objectivos políticos, é preferível a qualquer bata-lha, algo completamente diferente do choque decisivo com o qual os estrategas ocidentais encaravam as guerras.

Lições da história da China

Nos primeiros capítulos de “On China”, insiste-se em que a China cometeu o erro, tanto no final do século XVIII, como em meados do século XIX, de continuar a considerar-se o centro do mundo, que só devia receber dos bárbaros – os estrangeiros – reconhecimento e vassalagem. As novidades da Revolução Industrial do Ocidente foram recusadas com desdém, como foi demonstrado aquando do envio de várias missões diplomáticas da Grã-Bretanha, porque uma China de civilização superior não precisava nem de relações comerciais, nem de embaixadas permanentes.

Os chineses pagaram cara esta atitude com as humilhações dos tratados desiguais posteriores à Guerra do Ópio, que implicou a perda de Hong Kong e de outros territórios, e que abriram o caminho para uma política colonialista dos países ocidentais e do Japão. Contudo, Kissinger presta homenagem a um diplomata chinês da época, Wein Yuan, que aplicaria um

conselho do estilo de Sun Tzu: utilizar bárbaros contra outros bárbaros. Daí que as concessões económicas e comerciais da China não se tenham limitado à Grã-Bretanha e tenham sido abertas as portas a outros países, que rivalizariam entre si pelo controlo do “bolo chinês”. Esta atitude teria o inconveniente de fomentar rebeliões internas contra a debilidade do Império, mas, ao mesmo tempo, preservaria a existência do Estado chinês contra a maré colonialista.

No século XX, implantar-se-ia o nacionalismo chinês, primeiro com a república de Sun Yat-Sen, e mais tarde com o triunfo da revolução maoísta. Segundo Kissinger, esta revolução diferenciava-se de outras comunistas no seu carácter chinês, sem aspirações universais como as que podia ter a URSS. Daí que a ruptura entre Mao e Khrushchev fosse algo anunciado, apesar da sua aliança contra os EUA durante a guerra da Coreia. As acusações maoístas de “revisão”, dirigidas contra Moscovo, deveriam ser entendidas mais na temática nacionalista, que em qualquer afastamento de ortodoxias ideológicas.

Kissinger mostra um certo fascínio pelos líderes chineses, pois conheceu todos eles pessoalmente, desde Mao a Hu Jintao; mas esse atractivo é de cariz estratégico. Admira, por exemplo, o estilo paradoxal da estratégia de Mao, leitor habitual de Sun Tzu, capaz de desencadear hostilidades contra os EUA, Taiwan, a Índia ou a URSS, mas ao mesmo tempo com a flexibilidade de retroceder nas suas posições para negociar com maior à vontade.

Na teoria, Mao era um implacável inimigo ideológico dos Estados Unidos, e Nixon foi conhecido, quando era vice-presidente na época de Eisenhower, pelo seu enérgico anti-comunismo. No entanto, ambos protagonizaram em 1972 uma insólita aproximação diplomática, nunca concretizada numa aliança formal que nenhum desejava, embora os dois tivessem como adversário a URSS. Apesar dos diferentes valores que encarnavam, iniciaram na altura um processo de cooperação estratégica que durou até hoje, mesmo que com sérios altos e baixos, como o massacre da praça Tien Anmen, ou tudo o que se relaciona com os direitos humanos.

Política de equilíbrio

A geopolítica utiliza o conhecimento do passado como um dos seus principais instrumentos, e é frequente que nalgumas análises internacionais se façam prognósticos a partir das comparações históricas. Sem ir mais longe, há quem tenha equiparado o mundo actual ao que vigorava antes de 1914, sobretudo no continente asiático, onde o desenvolvimento económico tem sido paralelo à existência de uma corrida de armamentos, e no qual tão-pouco faltam manobras militares conjuntas no Oceano Pacífico ou no Oceano Índico.

As comparações chegam ao extremo de assimilar a China com a Alemanha do Kaiser, e os EUA com um Império britânico zeloso da sua hegemonia e ameaçado pela concorrência económica e militar alemã. Para que não falem as semelhanças, podem procurar-se os paralelos asiáticos de agora com as alianças europeias do período da paz armada.

Deste modo, a Organização de Cooperação de Xangai, que associa a China, a Rússia e as repúblicas asiáticas ex-soviéticas, seria uma espécie de equivalente às alianças do II Reich. Pelo contrário, o Vietname, o Japão, a Índia, a Coreia do Sul, as Filipinas ou a Austrália, receosos da chamada “ascensão pacífica” chinesa, procurariam nos EUA o necessário contrapeso à China.

O livro de Kissinger não chega a fazer explicitamente estas comparações, mas rejeita com firmeza a teoria de comparar as duas primeiras potências mundiais com a Alemanha e a Grã-Bretanha de há um século. A experiência diplomática do autor e os seus estudos académicos, levam-no a negar a “lógica” do memorando Crowe, um documento de 1907, onde um funcionário do Foreign Office prognosticava que a guerra com a Alemanha era inevitável, independentemente da cor política dos governos ou das políticas germânicas. A Alemanha era uma ameaça estratégica que devia ser combatida, pois a diplomacia rapidamente mostraria limitações.

Kissinger acredita na política de equilíbrio nas relações internacionais, como o próprio Crowe, mas as suas conclusões são muito diferentes. Certamente, não deixa de ser curioso que o livro “China Dream” (2010) de um coronel do Exército Popular, Liu Mingfu, defenda, abertamente, que o grande objectivo do país asiático será o de se converter na primeira potência do século XXI e que a sua ascensão económica deve ser acompanhada por um poder militar paralelo.

Soberania dos Estados, critério básico

Que conselhos dá o veterano Kissinger à política externa dos EUA, relativamente à China? Os do mais absoluto realismo, baseados no interesse nacional, que são os que levaram à associação estratégica informal dos EUA com a China de Mao, pois ambos os países estavam interessados em travar o expansionismo soviético na Ásia, África e América Latina na época de Brejnev. Esse interesse estava acima da retórica das ideologias.

Kissinger nunca acreditou no fim da história, nem num mundo pós-moderno e pós-estatal, onde as organizações internacionais contariam mais que os próprios Estados. O ex-Secretário de Estado continua a apostar num mundo baseado no sistema de Westfália, no qual, o princípio básico é a soberania dos Estados. É um critério partilhado pelas potências emergentes do mundo, chamem-se Rússia, China, Brasil ou África do Sul, o que não impede a utilização dos fóruns internacionais para defender energicamente os respectivos interesses.

No fundo, Kissinger continua fiel ao seu personagem histórico favorito, Metternich, que a partir do princípio de equilíbrio entre as potências europeias, consagrado no Congresso de Viena, contribuiu para afastar da Europa a ameaça de uma guerra continental durante quase um século. Isto implica que não acredita nas virtudes da mudança de regime político para alcançar a paz, algo que ficou desacreditado após os conflitos do Iraque e do Afeganistão. Aplicada à China, uma aliança, mesmo que informal, de Washington com outros Estados

asiáticos para conter a China, sejam eles Estados democráticos ou não, nunca funcionará, porque as relações económicas entre a China e os seus vizinhos são mais decisivas que todas as cruzadas ideológicas a favor da democracia e dos direitos humanos. Para Kissinger, o fomento da democracia não é assunto de zelo missionário, mas de mimetismo, de tornar atractivo o modelo para outros países.

Kissinger perspectiva em diversos momentos qual deve ser a atitude dos EUA no assunto dos direitos humanos na China. Embora não diga que o tema deva ser silenciado, adverte que “a experiência mostra que procurar impor-se através do confronto, conduz provavelmente ao fracasso, especialmente com um país que tem uma visão histórica de si próprio como a da China”. São assuntos que se tratam melhor em conversações privadas, e que não devem ser objecto de pressões nem de sanções.

Uma Comunidade do Pacífico?

Todavia, Kissinger faz uma proposta interessante, que tem também os seus antecedentes históricos. Se, em 1949, a NATO contribuiu para o estabelecimento da paz entre os países do Atlântico Norte, embora não se plasmasse juridicamente numa comunidade do Atlântico, no século XXI, deveria ser criada uma comunidade do Pacífico, o que pressupõe reconhecer a realidade de que o centro das relações internacionais se está a deslocar do Atlântico para o maior oceano do planeta.

A China e os Estados Unidos seriam pilares fundamentais da nova comunidade, juntamente com outros países costeiros. No entanto, existe uma diferença que é substancial: na comunidade atlântica, os seus membros partilhavam os mesmos valores plasmados nos seus sistemas sócio-políticos. Não se poderia dizer o mesmo da Comunidade do Pacífico, pois a China não quer renunciar ao seu sistema autoritário, apresentado como origem e garantia do seu desenvolvimento e estabilidade. Consequentemente, a comunidade do Pacífico seria, antes de tudo, uma comunidade de interesses. Seria suficiente para conseguir a paz e evitar o confronto?

A isto deveríamos responder que não basta salvaguardar os interesses económicos, pois os factores ideológicos podem levar a erros de cálculo fatais. Por outras palavras, o nacionalismo, que na China aumentou nas últimas décadas, pode ultrapassar todo o tipo de considerações racionais.

A. R. R.

EUA e China: unidos pela dívida

A dívida norte-americana converteu-se num vínculo estreito entre a China e os Estados Unidos. Pequim financia o défice público norte-americano, comprando os títulos do Tesouro, que até agora têm sido considerados o activo mais seguro e líquido do mundo. A China tem acumuladas reservas de divisas no valor de 3,2 biliões (milhões de milhões) de dólares,

das quais, 1,1 biliões (milhões de milhões) são na moeda norte-americana.

Por isso, a China está interessada em que as suas reservas em dólares não se depreciem. Daí, as suas críticas quando, no início de Agosto, a agência Standard & Poor's baixou a classificação dos títulos norte-americanos, que perderam o triplo A. Com o tom cáustico que começam a empregar os altos funcionários chineses, um comentário da agência de imprensa chinesa Xinhua, gerida pelo governo, “repreendia” Washington. “O governo norte-americano deve aceitar o facto doloroso de que os bons tempos em que podia simplesmente pedir emprestado para sair dos problemas onde se tinha metido, acabaram para não voltar”. A China pede que os EUA apertem o cinto e se curem da sua “dependência da dívida”, para “viverem com as suas posses”.

Dizia até os sectores em que os EUA tinham de reduzir os seus gastos. Trata-se de aplicar cortes nos “elevados custos de protecção social” e nos seus “gigantescos gastos militares”. Estes últimos representam cerca de 4% do PIB norte-americano, enquanto que, na China, onde os gastos militares têm vindo a aumentar, representam 1,4%.

Mais do que um conselho, o comentário da agência oficial chinesa transmitia uma exigência: “A China, o maior credor da única grande potência do mundo, tem todo o direito de pedir aos Estados Unidos que enfrentem os seus problemas estruturais de dívida e garantam a segurança dos activos chineses em dólares”.

Todavia, Pequim tem poucas alternativas à compra de títulos do Tesouro norte-americano. Por isso, com a preocupação de um investidor inquieto, o comentário da Xinhua sugeria que a introdução de “uma nova e estável divisa de reserva mundial seria outra opção para prevenir uma catástrofe causada por um só país”.

Sem ir tão longe como a agência, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, reclamou aos Estados Unidos e à União Europeia, “políticas fiscais e monetárias concretas e responsáveis que resolvam os seus problemas de endividamento”.

Mas o financiamento do défice norte-americano através das reservas de divisas chinesas despertou também críticas contra o governo de Pequim nas webs do país, pelo menos até serem descobertas pela censura. Nos comentários, de que se fez eco o correspondente do The New York Times (9-08-2011) em Hong Kong, pergunta-se se a compra da dívida norte-americana será o melhor para os interesses chineses. Alguns queixam-se de que o governo chinês obriga as pessoas a consumir menos para emprestar mais aos EUA.

A política de Pequim é comprar dólares e outras divisas para manter a cotação da moeda chinesa (renminbi), algo débil relativamente às outras moedas, e assim dar uma vantagem comparativa às exportações chinesas e, consequentemente, favorecer a criação de emprego. Os EUA criticam a China por manter a cotação da sua moeda artificialmente baixa, e

pressionam para que a revalorize em relação ao dólar. Mas as autoridades chinesas não querem mudar uma política que lhes tem corrido bem.

A China é o país que recuperou mais cedo da crise financeira, com crescimento de 10,3% em 2010, e uma previsão de 9,6% para 2011. Mas também tem os seus próprios problemas: inflação crescente, aumento do preço da habitação, uma economia muito aquecida, endividamento dos municípios. Todavia continua a acumular grandes superávits no seu comércio internacional. E sente-se suficientemente forte para dar conselhos aos EUA. Inclusivamente, pode pensar que as dificuldades na obtenção de um acordo para o problema da dívida entre republicanos e democratas, revelam as desvantagens de um sistema democrático, contra as decisões inapeláveis de um regime de partido único como o chinês.

O problema da dívida norte-americana nas mãos da China ocupou um importante espaço durante a viagem a Pequim do vice-presidente norte-americano Joseph Biden. O vice-presidente assegurou aos dirigentes chineses que os EUA vão superar os seus problemas de défice público e que a China não tem nada a temer em relação à segurança e à liquidez dos títulos norte-americanos.

Por seu lado, o vice-presidente chinês Xi Jinping salientou ter havido uma “mudança fundamental” nas relações económicas entre a China e os EUA. Contra a ideia de que a China tira empregos nos EUA com as suas exportações resultantes da mão-de-obra barata, Xi disse que “cada vez mais, homens de negócios chineses vão para os EUA investir e empreender negócios, contribuindo para o crescimento da economia norte-americana e para a criação de emprego nesse país”.

Um poder inseguro

Contudo, apesar da força económica, o governo do Partido Comunista chinês mostra-se nos últimos tempos mais relutante às reformas políticas e mais duro na repressão da dissidência. Tendo o PC acabado de festejar os seus 90 anos de existência – e 62 no poder –, os seus dirigentes parecem inseguros, receando possíveis confrontos étnicos (Tibete, Xinjiang, Mongólia Interior), manifestações de descontentamento social, mobilizações pelas redes sociais na Internet, propostas de reformas de intelectuais dissidentes (como o prémio Nobel da Paz, Liu Xiaobo, ou o artista Ai Weiwei).

Com 80 milhões de membros, o PC chinês recruta hoje sobretudo entre a burocracia governamental, os militares, os universitários, os homens de negócios e os funcionários, grupos que, na maioria, só aspiram a ganhar mais dinheiro e a viver melhor. O abandono da utopia revolucionária evitou a repetição de grandes catástrofes da época maoísta, como a fome do Grande Salto em Frente, as brutais campanhas políticas ou a Revolução Cultural. Mas deixou o PC sem um objectivo político. “Se hoje o partido representa uma ideologia, esta é a ideologia do poder”, diagnostica Minxin Pei (The New York Times, 1-07-2011).

Além de se manter no poder, e de se apoiar no orgulho nacional, o PC não tem nada a propor ao povo. Isto explica grande parte da corrupção, do cinismo e dos abusos de poder que infectam o sistema. Há uma abertura pragmática às reformas económicas e sociais, sempre e quando não se questione o controlo absoluto por parte do partido único. A ideologia socialista é hoje um invólucro retórico para justificar o monopólio do poder pelo PC.